

Política

CONSTITUINTE

Depois de 20 meses de trabalhos, a Assembléia Nacional Constituinte se dissolve amanhã, com a promulgação de sua obra. E a festa começa hoje, com um discurso de Sarney à Nação.

A grande festa da Constituição

Amanhã, quando o presidente José Sarney passar em revista a tropa militar, formada por soldados das três forças, terá ao seu lado duas outras autoridades fazendo os mesmos gestos e recebendo as mesmas homenagens que ele: o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer.

Realiza-se assim o desejo de Ulysses, que queria honras militares para os representantes dos três Poderes — Executivo, Judiciário e Legislativo — ao contrário do que determina o regulamento das continências das Forças Armadas, segundo o qual, estando presente o Presidente da República, todas as honras são dirigidas a ele.

Os preparativos para a sessão solene de promulgação da Constituição entraram ontem em ritmo acelerado. Logo cedo, Ulysses recebeu o primeiro dos 20 mil exemplares da edição oficial da nova Carta, que serão distribuídos aos constituintes, às autôntades, aos convidados e à Imprensa.

À noite, a gráfiça do Senado ultimava também a impressão do discurso com que Ulysses Guimarães encerrará os 20 meses de trabalho da Constituinte. Na sessão solene discursarão, além de Ulysses, o presidente Sarney, o senador Afonso Arinos — em nome dos constituintes — e o presidente do Parlamento português, Victor Crespo, representando as delegações estrangeira.

O programa oficial começa com um culto ecumênico, na Esplanada dos Ministérios, às 9 horas. Segue com o encontro de Ulysses Guimarães com as autoridades estrangeiras, às 10h30, no Salão Nobre do Congresso. Às 15 horas, será feita a revista da tropa. A seguir, em companhia dos integrantes das mesas da Constituinte, da Câmara e do Senado, os presidentes da República, do STF e da Constituinte se dirigirão ao plenário, onde Ulysses abrirá a sessão.

A sessão durará uma hora. Depois, no Salão Negro do Congresso, será realizada a cerimônia de lançamento do selo comemorativo, seguida de coquetel. O programa terminará com um jantar oferecido aos visitantes estrangeiros, com as presenças dos governadores, presidentes das Assembléias Legislativas e dos líderes partidários na Constituinte.

O presidente Sarney vai convocar cadeia de rádio e tevê, hoje, para fazer um pronunciamento sobre a nova Constituição. O tom será muito diferente das vezes em que apareceu para alertar para os perigos de ingovernabilidade que o futuro texto poderia provocar no País. Segundo o porta-voz, Carlos Henrique Almeida Santos, Sarney vai deixar claro que não cabem mais críticas ao conteúdo da nova Constituição. Agora que o texto está aprovado, o presidente vai tornar pública sua disposição de cumpri-lo.

Hoje ainda haverá dois atos comemorativos da promulgação, à margem do programa oficial. Será o plantio do Bosque da Constituinte, na parte da manhã, e o desceramento dos painéis contendo trechos dos Direitos Individuais da nova Carta, com letras feitas à mão por mais de mil pessoas.



Ulysses fala à imprensa, às vésperas de perder uma de suas presidências.

“O mundo vai reconhecer que há uma democracia no Brasil”

Um governo muito alegre, sem carranca. É isto o que os brasileiros terão a partir de 1990. Promessa do deputado Ulysses Guimarães que ontem, muito sorridente e descontraído, em uma entrevista coletiva a jornalistas brasileiros e correspondentes estrangeiros no Senado, dizia ainda que com a nova Constituição “o mundo vai reconhecer que há uma democracia no Brasil, mas os brasileiros precisam ser transformados em cidadãos”. Durante sua última entrevista como presidente da Constituinte, Ulysses destacou que sempre exerceu “um comando alegre” durante os trabalhos constitucionais, e ao ser perguntado se eleito sucessor de Sarney repetiria o mesmo comportamento, ele não hesitou: “Meu governo será alegre, certamente, porque trabalho carancudo não rende”.

Antes do início da série de 25 perguntas, onde um acordo entre os entrevistadores “censurou” algumas indagando sobre o “atropelamento” do Palácio do Planalto às decisões da Constituinte, Ulysses Guimarães se permitiu um discurso: “Em termos de salário, de riqueza, de educação, de saúde, podemos dizer que a cidadania começa com a alfabetização. No Brasil, contudo, há uma grave distorção, um grave problema: cerca de 25% da população não é alfabetizada”.

Lembrando Goethe, Ulysses tentou driblar uma pergunta sobre possíveis dificuldades durante a campanha presidencial por causa de sua idade: “Isso valeria para ir a Seul. Disso eu me excluo”, brincou, emendando com um modismo: “Não é por aí. Goethe escreveu obras-primas com 90 anos de idade”. Em seguida foi traído pela memória, ao se referir à subida da rampa do Palácio. Ele disse “Palácio...”, até que completaram: “do Planalto”, risos gerais.

Termina a entrevista, o deputado se dirigiu ao Palácio do Planalto, onde almoçou com Sarney. Além de detalhes da solenidade da promulgação da Constituição, os dois também conversaram sobre as eleições municipais e o desempenho do PMDB em algumas capitais. À saída, Ulysses comentou: “O presidente foi muito

incisivo. Declarou-me taxativamente que é do seu dever, de chefe do governo e de cidadão, cumprir e defender a Constituição. Como democrata que é, não poderia ter outra postura”.

Supremo ainda estuda como julgar o mandado de injunção

O mandado de injunção poderá apresentar a mesma estrutura jurídica do mandado de segurança. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Rafael Mayer, admitiu que a idéia de aproveitar a estrutura do mandado de segurança para encaminhar os processos de injunção é bastante razoável já que os dois tipos de recursos são bastante semelhantes. Segundo ele, nenhum Tribunal estará obrigado a seguir instruções do Supremo para julgar os recursos instituídos pela nova Carta, até que o STF fixe uma jurisprudência sobre o assunto em questão.

A idéia de aproveitar a estrutura jurídica do mandado de segurança para julgar os mandados de injunção, partiu do presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), ministro Evandro Gueiros Leite. Apesar de ter passado toda a tarde de ontem reunido com os demais membros do STF, Rafael Mayer garante que o Tribunal ainda não tem discutido oficialmente as questões das mudanças que serão implantadas no Judiciário após a promulgação.

Diversas entidades já anunciaram que logo após a promulgação vão recorrer ao STF para garantir a aplicação de dispositivos, como o que fixa os juros em 12% ao ano. Mayer garantiu que o Tribunal já está se preparando para a sobrecarga que deve ocorrer neste primeiro momento, pois enquanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não se estruturar, substituindo o Tribunal Federal de Recursos (TFR), o Supremo vai acumular as funções de Corte Constitucional. Embora o presidente do STF não admita, questões como o julgamento dos mandados de injunções e outros dispositivos, como o habeas data, criados pela nova Constituição têm gerado divergência dentro do Tribunal e do Judiciário em geral.

Segundo Rafael Mayer, as questões constitucionais terão prioridade nos julgamentos do Supremo, mas assuntos como habeas corpus e pedidos de extradição, continuarão a ser tratados com máxima urgência e prioridade, como manda o regimento interno do Tribunal.